

Exmo. Senhor
Deputado Filipe Neto Brandão
Dignm^o Presidente da Comissão de
Orçamento e Finanças

Exmo. Sr. Deputado,

Foi hoje tornado público que o Ministério das Finanças, tutelado por Fernando Medina, contratou o jornalista Sérgio Figueiredo, antigo diretor de informação da TVI e ex-administrador da Fundação EDP, para consultor estratégico encarregue da avaliação e monitorização do impacto das políticas públicas.

A contratação, por ajuste direto, com a duração de dois anos, foi confirmada pelo Ministério das Finanças, que pagará uma remuneração equiparada e limitada ao vencimento base do Ministro das Finanças, ou seja, um ordenado ilíquido de 4.767 euros.

De acordo com o Despacho n.º 9749/2022, do Ministro das Finanças, publicado no D.R. n.º 152, de 8 de agosto de 2022, mas assinado em 29-07-2022, data do início de funções de Sérgio Figueiredo, o pretexto para esta contratação foi “... a *auscultação dos stakeholders relevantes na economia portuguesa, no âmbito da definição, implementação e acompanhamento de políticas públicas e medidas a executar, da avaliação e monitorização dessas políticas, tendo presente as atribuições legalmente atribuídas ao Ministério das Finanças, e, bem assim, o aconselhamento nos processos internos de tomada de decisão*”. Estas funções são de tal modo intelectualmente exigentes que não foi possível a elaboração de especificações contratuais suficientemente precisas para permitir a fixação de um critério de adjudicação que tornasse o cargo disputável por outros candidatos – é o que resulta da fundamentação para o recurso ao ajuste direto que consta daquele Despacho.

A precária justificação do Ministro das Finanças para a escolha deste assessor de imprensa pessoal, regamente pago com o dinheiro dos contribuintes, deixa-nos bastante preocupados quanto aos verdadeiros motivos que estão por detrás da mesma, nomeadamente, do ponto de vista da ética política e da relação do Governo com a imprensa.

Pelo exposto, o CHEGA vem requerer a V. Exa. a audição urgente, nesta Comissão, do Senhor Ministro das Finanças, no sentido de esclarecer os signatários e demais Deputados desta Comissão sobre as questões acima enunciadas.

Palácio de S. Bento, 9 de agosto de 2022

Os Deputados,

Rui Afonso Rui Paulo Sousa